

GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

É fato digno de nota o volume de notícias relacionadas às Universidades Federais que vêm sendo veiculadas recentemente na grande imprensa brasileira, mesmo em época de grandes eventos midiáticos, como os Jogos Olímpicos e o julgamento do chamado mensalão. Entretanto, em detrimento da salutar divulgação das inúmeras experiências bem sucedidas (grandes avanços científicos, condecorações acadêmicas, projetos de extensão que beneficiam a sociedade, transferências de tecnologia etc.), o foco vem se concentrando nas mazelas decorrentes de uma greve de professores que completa 3 meses, uma greve de funcionários técnico-administrativos, alguns casos de infraestrutura física (principalmente em hospitais) em deterioração e, recentemente, em um projeto inconsistente aprovado pelo Senado Federal que obriga a disponibilização de 50% das vagas das Universidades Federais a alunos provenientes de escolas públicas.

As Universidades Federais concentram uma grande parcela dos estudantes de graduação no Brasil, com uma distribuição regional uniforme. No que diz respeito especificamente à Química, 38 dos 58 programas de Pós-graduação do país (65,5%) estão em Universidades Federais. Dentre os 7 programas avaliados com maior conceito, 4 estão em Universidades Federais. Permitir que um sistema público com esta envergadura se mantenha paralisado por mais de 3 meses não é aceitável para um país que pretende atingir patamares elevados de desenvolvimento econômico e, principalmente, social. Este quadro se torna ainda mais preocupante quando se soma aos cortes orçamentários que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) vem sofrendo nos últimos 2 anos: somente em 2012 o corte anunciado foi de 22%, o que faz com que o investimento em CT&I nos primeiros biênios do Governo Dilma Rousseff tenha diminuído a um terço do total do último ano do Governo Lula (entre 2003 e 2010 o investimento do Governo Federal em CT&I passou de 1,26 para 1,56% do PIB, acarretando um aumento significativo na

parcela brasileira da produção científica global e no número de doutores formados). O orçamento do MCTI que está sendo proposto para 2013 retorna aos patamares de 2008. No mesmo sentido de comparação, os dados decorrentes da greve nas Universidades Federais são bastante frustrantes, uma vez que claramente indicam uma mudança preocupante de algumas prioridades governamentais.

Não se produz ciência de alto nível sem investimentos continuados. Assim como em educação, os investimentos em CT&I são estratégicos para o desenvolvimento de uma nação, uma vez que ampliam sua base de conhecimento, qualificam sua mão de obra, ampliam o número de postos de trabalho e aumentam a distribuição de renda. A reversão do processo de crescimento dos investimentos em CT&I realizados no último governo pode trazer de volta a estagnação do sistema e o travamento de suas atividades, em um processo cuja retomada de crescimento no futuro certamente será muito mais difícil. A paralisação das Universidades Federais é um ingrediente preocupante neste gigantesco processo. Da parte do governo, é necessário continuar o processo de ampliação dos investimentos nas Universidades Federais e, fundamentalmente, valorizar a carreira dos professores, pesquisadores e servidores técnico-administrativos. Da parte das Universidades, é preciso uma autoavaliação centrada, visando corrigir algumas distorções históricas e não abandonar jamais os parâmetros de excelência acadêmica que as diferenciam. Juntos, governo e sindicatos têm a obrigação moral de encontrar uma solução para este imbróglio. Romper unilateralmente as negociações certamente não é uma solução aceitável, e todos perdem com o impasse.

Aldo José Gorgatti Zarbin
Secretário Geral da SBQ
Vitor Francisco Ferreira
Presidente da SBQ